

A SAGA DE DUAS REGIÕES DO FAZER: AS SELETIVIDADES E AS MARGINALIDADES DO AGRESTE E DO SERTÃO PARAIBANOS NAS DIVISÕES TERRITORIAIS INTERNACIONAL E NACIONAL DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO

Paulo Sérgio Cunha Farias

Doutor em Geografia pela UFPE e professor Adjunto I da Unidade Acadêmica de Educação do Campus I da Universidade Federal de Campina Grande

pcsfarias@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo se propõe a analisar as regiões cotonicultoras paraibanas (Agreste e Sertão), mais precisamente as suas fases intercaladas de apogeu e de crise, iniciadas com as suas inserções nos circuitos mercantis do capitalismo, a partir da segunda metade do século XVIII, e encerradas com seus aniquilamentos como regiões produtoras de algodão, a partir de 1980. Em outras palavras, pretende-se responder às questões que permearam as suas etapas de seletividade e marginalidade espaciais nos contextos das divisões territoriais internacional e nacional da produção do algodão. Para isso, recorre-se à abordagem histórico-geográfica, amparada na pesquisa bibliográfica, para recontar as referidas etapas. Por fim, entende-se que a competitividade capitalista instaurada nas escalas do mundo e do Brasil, bem como as recomposições sociotécnicas diferenciadas das regiões produtoras de algodão geradas por tal competitividade, ou seja, os avanços diferenciados das forças produtivas entre as regiões produtoras dessa malvácea, além da visão absoluta, fatalista e determinista da seca e da praga do bicudo, respondem melhor pela marginalização dessas regiões nas divisões territoriais internacional e nacional da produção cotonicultora.

Palavras-chave: divisão territorial da produção, algodão, seletividade espacial, marginalidade espacial, Agreste, Sertão, Paraíba.

THE SAGA OF TWO REGIONS OF THE MAKE: THE CURRENTS CALCULATIONS AND THE MARGINALIDADES OF THE AGRESTE AND SERTÃO OF PARAÍBA WITHIN INTERNATIONAL AND NATIONAL TERRITORIAL DIVISIONS OF COTTON PRODUCTION

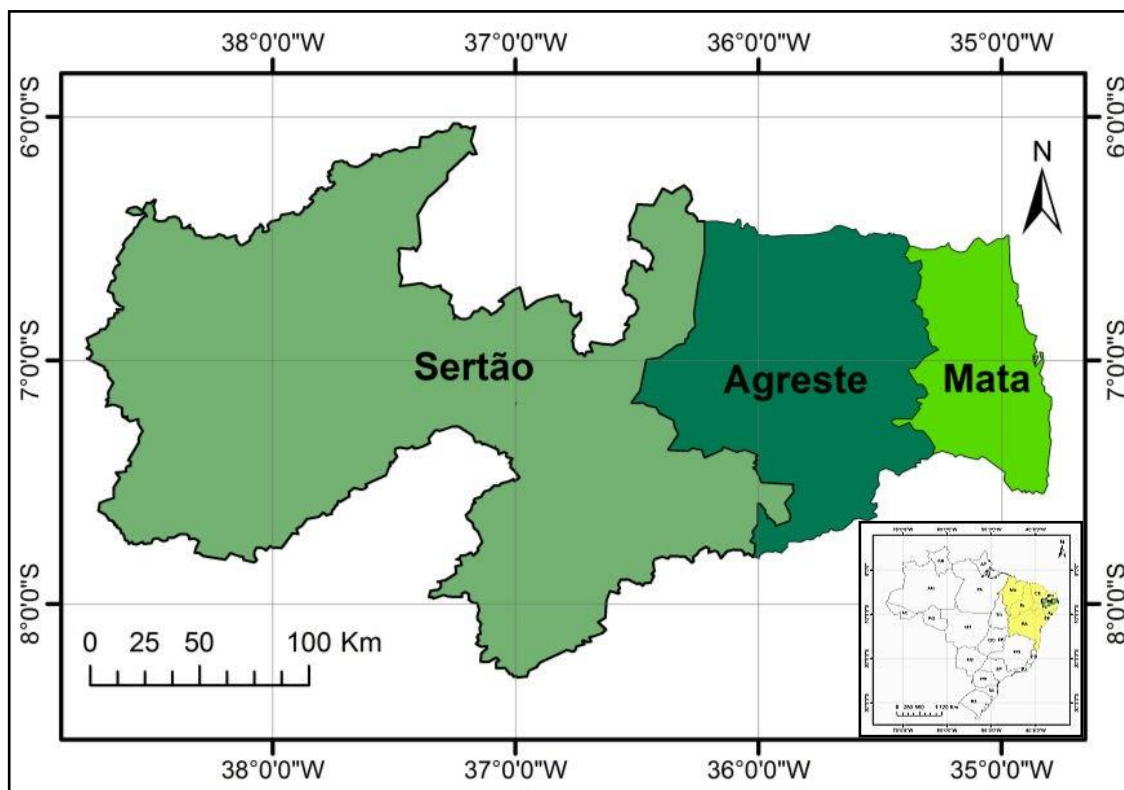
Abstract:

This article aims to analyze the cotton producing regions of Paraíba (Agreste e Sertão), more precisely its phases intercalated peak and crisis, started with their insertions in mercantile circuits of capitalism, from the second half of the XVIII century, and end with their annihilation as a cotton producing regions, from 1980, In other words, we intend to answer the questions that had permeated their steps of spatial selectivity and marginalization in the context of international and national territorial divisions of cotton production. To do so, refers to the historical-geographical approach, supported by the bibliographical research, to recount those steps. Finally, it is understood that the capitalist competitiveness brought on the scales of the world and Brazil, as well as shifts between different socio-technical cotton producing regions generated by such competition, the differentiated advances of productive forces from the producing regions of this malvaceae specie, beyond the absolute, fatalistic and deterministic view of dried and the boll weevil pest, better respond by the marginalization of these regions in the Territorial divisions international and national of the cotton production

Keywords: Territorial division of production, Cotton, Spatial selectivity, Spatial Marginality, Agreste, Sertão, Paraíba.

1 Introdução

Muito já se escreveu sobre a falência da cotonicultura do Agreste e do Sertão da Paraíba (mapa 01). Porém, poucas análises sobre ela foram feitas sob o enfoque do território usado. Então, como interpretá-la nessa perspectiva? É o que se pretende nessa reflexão.



Mapa 01: O Sertão e o Agreste na divisão regional da Paraíba¹.

Elaboração: Santiago Andrade Vasconcelos.

Para isso, parte-se da tese segundo a qual essa falência foi gestada, historicamente, nos ciclos de seletividade e marginalidade espaciais das regiões supracitadas na divisão territorial da produção do algodão, comandada pela indústria têxtil internacional (segunda metade do século XVIII até o final do XIX) e nacional (deste último período até a década de 80 do Século XX), na qual, em função do baixo nível das suas forças produtivas, das características do seu sistema produtivo, das relações sociais que engendrou, da vulnerabilidade às secas e pragas, a exemplo do bicudo, da baixa produtividade, da perda de mercado do algodão arbóreo, entre outros fatores, sempre apresentou vantagens comparativas e competitivas inferiores às regiões e aos espaços congêneres nacionais e internacionais que apresentavam esses componentes em níveis mais elevados. Após a falência na década de 1980, a emergência da cotonicultura científica e empresarial e a recomposição da sua divisão territorial no Brasil, com a seleção de novas regiões produtoras, impostas pela reestruturação produtiva no setor na década de 1990, fechou, em função da persistência das suas rugosidades sociotécnicas, as possibilidades de renascimento da cultura algodoeira comercial no Agreste e Sertão da Paraíba. Assim sendo, transformações se processaram na base econômica dessas regiões, a exemplo da expansão da pecuarização e da latifundização.

Para contar a saga dessas duas regiões a partir da perspectiva do uso dos seus territórios para produzir algodão, essa reflexão se ampara na noção de divisão territorial do

¹ Considera-se, nesse artigo, a porção referente à Mesorregião da Borborema, do IBGE, como parte do Sertão paraibano.

trabalho. Esta “versa sobre a distribuição dos recursos e dos homens sobre uma determinada escala espacial” (SANTOS, 1999). Assim, supõe a especialização funcional, o uso diferenciado do território, a eleição ou não de lugares e regiões para o exercício de uma função, dentro de um processo geral de produção. Desse modo, como motor da vida social, a divisão territorial do trabalho comanda as “práticas espaciais de seletividade e de marginalidade” (CORRÊA, 1995).

Nesse contexto, entende-se que a seletividade espacial corresponde à escolha de um lugar ou uma região para o exercício de dada função. Para isso, são considerados os seus atributos, suas vantagens comparativas e competitivas, incluindo a sua produtividade espacial. Por outro lado, a marginalização espacial corresponde à perda de importância de um lugar ou uma região, a colocação deles à margem do funcionamento da produção, por razões de ordem política, econômica ou cultural.

As técnicas aparecem neste enredo como fundamentais às práticas espaciais de seletividade e marginalidade na divisão territorial da produção de algodão. São, no geral, condicionantes e condicionadas dos/aos diversos momentos das sociedades, tanto para realizar o trabalho quanto para produzir os espaços algodoeiros. Por fim, considera-se, aqui, que as técnicas são propriamente os meios cotonicultores. Em função disso, leva-se em conta, nesse estudo, a temporalização em três períodos, proposta por Santos (1999), para se analisar a história dos territórios, quais sejam: natural ou pré-técnico, técnico e técnico-científico-informacional. No primeiro, predominavam o uso, pelo homem, de instrumentos manuais e movidos por animais. Portanto, as forças de energia humana e animal eram usadas para realizar o trabalho e produzir o espaço. A motivação do uso das técnicas era local e sua utilização pelo homem não causava grandes modificações na natureza. No segundo, ocorreu a mecanização da produção e do território, a razão do comércio e não da natureza presidiu a sua instalação. O meio técnico corresponde às sociedades técnicas da primeira revolução industrial. No último, presenciou-se a tecnicização, a cientificização e a informacionalização dos espaços. O meio técnico-científico-informacional designa as sociedades da fase avançada da segunda e inícios da terceira revolução industrial, isto é, as sociedades do presente.

Portanto, essa reflexão embasa-se nessas premissas teóricas, ampara-se na pesquisa bibliográfica e apoia-se na abordagem histórica para anunciar uma saga: as seletividades e as marginalidades do agreste e do sertão paraibanos nas divisões territoriais internacional e nacional da produção do algodão. Para tanto, na primeira seção do estudo, analisa-se as práticas espaciais de seletividade e marginalidade das duas regiões na divisão territorial internacional da produção de algodão. Na segunda, abordam-se as mesmas práticas na escala nacional. Por fim, conclui-se apontando os rebatimentos da falência da cotonicultura nos seus espaços.

2 Seleção e marginalização do Agreste e Sertão paraibanos na divisão territorial internacional da produção de algodão

O Nordeste brasileiro inseriu-se, como região do fazer² produtora de algodão, nos circuitos do capitalismo industrial, na segunda metade do século XVIII. Como espaço derivado³ do capitalismo industrial inglês, nesse período, nela, o cultivo do algodão teve

² Região construída a fim de atender às vontades de outros espaços, sendo, portanto, comandada de longe.

³ O espaço derivado tem seus princípios de organização forjados mais a partir de uma vontade longínqua do que dos impulsos ou organizações simplesmente locais; sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomados de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes. Ver SANTOS, Milton. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p 104-105.

grande impulso inicial no Maranhão que, em poucos decênios, foi transformado numa das mais ricas sub-regiões da então colônia portuguesa na América do Sul (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 30).

Como desdobramento desse impulso inicial, outras frações do espaço nordestino foram selecionadas para exercer a produção da referida malvacea. Entre eles, assumiram um papel de destaque a Bahia (interior semiárido), o Ceará (Bacia do Jaguaribe) e a porção oriental do território regional, notadamente os Estados de Pernambuco, Paraíba, e do Rio Grande do Norte. Nos Estados do Nordeste Oriental, incluindo o da Paraíba, o algodão chegou a disputar terras e braços com a cana-de-açúcar, na Zona da Mata, porém, difundiu-se, principalmente, na faixa intermediária do Agreste e no Sertão. Em um período da história territorial brasileira de rara aplicação de capitais à natureza, característica da sua fase histórica pré-técnica, segundo Prado Júnior (1987), foram as forças da natureza, especialmente as condições ecológicas propícias para o bom desempenho dos cultivos, notadamente para a preservação das qualidades das suas fibras, principalmente as climáticas (chuvas menos frequentes e mais regulares que no litoral), que contribuíram para que o Agreste e o Sertão se sobrepusessem sobre a Zona da Mata na seleção de regiões para exercer a função de produtoras de algodão. Ainda de acordo com o referido autor, os Estados do Nordeste Oriental, notadamente o de Pernambuco, e a Bahia logo suplantaram o Maranhão, em razão da maior disponibilidade de força de trabalho e de capitais que possuíam.

Além da procura mais intensa do algodão como matéria-prima pela indústria têxtil inglesa, outros fatores externos que contribuíram para a seletividade dessas frações do território nordestino e, nele, das regiões Agreste e Sertão da Paraíba, para o uso pela cotonicultura comercial e, conseqüentemente, suas inserções na divisão internacional do trabalho, foram a Guerra da Independência dos EUA (1775-83), que prejudicou o pleno desenvolvimento da cotonicultura no sul desse país; o aparato normativo imposto pela colônia estadunidense à Inglaterra durante essa guerra, aparato esse representado pelas leis de embargo e proibições de intercâmbio de 1807-10; as guerras de 1812-15, que privaram a indústria inglesa do algodão americano; e a Guerra da Secessão nos EUA (1861-64 (EISENBERG *apud* GUIMARÃES NETO, op. cit., nota 8, p. 45).

Para Andrade (2005, p. 159-160), o verdadeiro *rush* algodoeiro nordestino atingiu o seu *clímax* durante a Guerra da Secessão, quando o Sul dos Estados Unidos, sem o controle dos mares, viu-se de fora do mercado consumidor inglês. Foi nessa lacuna deixada pela ausência da produção estadunidense nos mercados internacionais que a produção algodoeira do Agreste e do Sertão da Paraíba se inseriu.

“As exportações de algodão [da região e do Estado (Agreste e o Sertão)] foram excepcionais nas décadas de 1860, 1870 e 1880 (principalmente na primeira, quando os preços do algodão se situaram ao dobro do nível médio do século)” (CANO, 1990, p. 94). Entretanto, para Guimarães Neto (op. cit., p. 31), “[terminada] a Guerra da Secessão Americana, reaparecendo no mercado internacional a produção do EUA, melhor equipada tecnologicamente, destacando-se cada vez mais o algodão egípcio e asiático, é deslocada a produção brasileira”, notadamente a nordestina e, nela, a paraibana (Agreste e Sertão). O retorno do algodão norte-americano aos mercados internacionais e a expansão mundial da produção de algodão são enfatizados por Cano (op. cit., p. 94) como os fatores que colocaram a produção brasileira, diga-se a nordestina e a paraibana (Agreste e Sertão), em posição marginal no mercado internacional.

A Primeira Guerra Mundial e a recuperação da economia capitalista após a crise de 1929 representaram os dois últimos eventos que contribuíram para a inserção da produção nordestina de algodão e, especialmente, do Agreste e do Sertão paraibanos no mercado mundial. No primeiro caso, tanto as demandas por tecidos quanto o uso do línter retirado do algodão para a produção de pólvora favoreceram essa inserção. No segundo, o aumento das

demandas internas e externas, provocadas pela recuperação do crescimento das economias capitalistas avançadas e do próprio crescimento da indústria têxtil nacional possibilitaram essa inserção e o novo impulso à produção de algodão do Nordeste (CLEMENTINO, 1986, p. 93), e, nele, do Agreste e Sertão paraibanos.

Contudo, conforme assinala Cano (1990, p. 94), já no final do século XIX, a indústria têxtil brasileira já era a principal consumidora do algodão produzido no país. Para o referido autor, a expansão desse setor industrial no Brasil, entre 1900-1920, “faria com que o algodão nordestino passasse agora a ter no mercado interno a fonte para a sua expansão”. Assim, nesse período, a cotonicultura nordestina já ocupava uma posição marginal na divisão territorial internacional da produção de algodão e já havia se introvertido para o mercado interno nacional. Essa introversão da cotonicultura nordestina será analisada na próxima seção deste artigo. Importa agora salientar os rebatimentos dessa atividade produtiva nas sociedades, nas economias e nos territórios das duas regiões em análise.

No Agreste, o sistema de plantio do algodão ocorreu em associação com as culturas de subsistência e com a pecuária (atividade principal), sendo praticado em grandes propriedades, nas quais o sistema de ações era constituído por mão de obra escrava (antes da abolição da escravatura), em proporção menor que na Mata canavieira e no Sertão, e assalariada, e em pequenas propriedades, onde o mesmo sistema era composto por foreiros e moradores (ANDRADE, 2005, p. 158-9).

No Sertão, o algodão consolidou a conquista e a ocupação realizadas por pecuaristas nos séculos anteriores, além de ter se constituído como elemento importante na consolidação da organização do espaço dessa região. Nesse espaço, como no Agreste, a cultura algodoeira se desenvolveu em parceria com os cultivos de subsistência e com a pecuária, a quem servia os seus restos de alimentação na estação seca (ANDRADE, 1986 e 2005). Nas grandes propriedades, apesar de se usar o trabalho escravo (antes da abolição da escravatura), este não foi tão presente como no espaço canavieiro da Zona da Mata, o que proporcionou o surgimento do trabalhador assalariado, além de ações/relações sociais de produção pré-capitalistas representadas pela parceria e o foro.

A cultura algodoeira contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento da vida urbana no Agreste e no Sertão da Paraíba. Cidades como Campina Grande (Agreste), Patos, Sousa e Cajazeiras (Sertão) presenciaram mudanças significativas em suas estruturais demográficas, econômicas, sociais, políticas e territoriais, influenciadas pelo exercício da função do beneficiamento, isto a partir do momento em que esta etapa, antes estabelecida nas fazendas produtoras, foi deslocada para as cidades, vilas e povoações das duas regiões, e da comercialização do algodão (ANDRADE, 2005, p. 159).

No caso de Campina Grande, localizada no Agreste, teve nas funções de captação, beneficiamento e distribuição do algodão para os mercados de consumo, combinadas com a qualidade de ponta de trilho com localização geográfica excepcional, que lhe possibilitou exercer a função de grande praça comercial deste produto agrícola, as grandes impulsionadoras da diversificação e crescimento da sua economia, do crescimento e modernização do seu espaço urbano, do seu crescimento demográfico etc., notadamente durante as três primeiras décadas do século XX (ARANHA, 1991; COSTA, 2003).

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço (SANTOS, 2002, p. 202). Toda produção se constitui em um metabolismo entre o homem e a natureza, metabolismo realizado pelo trabalho mediado por um instrumento técnico. As técnicas, elas próprias, constituem o meio geográfico (SANTOS, 1999). Assim sendo, no Agreste e no Sertão paraibanos, segundo afirmam Moreira e Santos (1994), na preparação dos solos para o plantio do algodão, nas áreas novas tomadas da Caatinga, a forma quase exclusiva era a herdada da agricultura tropical dos indígenas (o encoivramento e a queimada). No cultivo do algodão, usava-se a enxada para abrir as covas e semear manualmente as sementes, a enxada, o arado a

tração animal (boi ou jumento) e a foice para retirar ou podar as ervas daninhas, a foice e a mão para podar o algodoeiro e, assim, facilitar a colheita manual das cápsulas. No beneficiamento do algodão, operação que consiste em separar a pluma da semente, etapa que, em princípio, era realizada nas fazendas e, posteriormente, nas cidades e vilas localizadas nos espaços de produção de algodão, eram utilizadas as bolandeiras movimentadas pela força humana e animal. No enfardamento, utilizou-se, em princípio, um escravo, que dentro do saco, ia comprimindo o algodão com o seu próprio peso; empregou-se, também, o pilão para socar o algodão nos sacos e ajudar na redução dos seus volumes; fez-se uso da “palheta” para encher, com o algodão, os interstícios dos depósitos usados até completar o enchimento; depois foram empregadas, nessa etapa da produção, as prensas de madeiras. Na circulação do algodão para os entrepostos de comercialização onde era reprensado e enfardado, e para os portos do seu embarque para o mercado europeu, utilizou-se a força animal de burros e cavalos, que trafegavam por caminhos ou estradas carroçáveis, guiados pelos tropeiros. Aliás, “o que encarecia o produto para os portos era o transporte através de péssimas estradas, em dorso de animais” (ANDRADE, 2005, p. 160-161).

Desse modo, no seu alvorecer na segunda metade do Século XVIII, foram as energias humana e animal (o boi, o cavalo, a mula, o jumento etc.), predominantemente, as forças-motrices da produção e da circulação do algodão até os portos de embarque para o mercado externo. Assim, o algodão compôs meios geográficos sem artefatos mecânicos impostos à produção e ao território. Portanto, a montagem dos espaços cotonicultores no Agreste e Sertão da Paraíba “tinha sua base de produção fundada na criação de um meio técnico mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que na incorporação de capital à natureza” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 35).

Entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX esboçaram-se os primeiros indícios da mecanização da produção e dos territórios usados para a produção do algodão no Agreste e Sertão da Paraíba. O uso do locomóvel, instrumento mecânico movido a vapor produzido pela queima da lenha ou de querosene, substituiu, paulatinamente, as bolandeiras na etapa do beneficiamento do algodão (separação do caroço da pluma). Na circulação, a expansão de ramais das ferrovias para o interior possibilitou a mecanização de trechos dos fluxos do algodão paraibano para os mercados de consumo. No entanto, os limites territoriais dessa expansão para o interior e a falta de integração dessas redes, que se caracterizavam pela disposição dentrítica pelo território estadual, só possibilitaram a mecanização da circulação entre os entrepostos de reprensagem, enfardamento e distribuição do algodão (a exemplo de Campina Grande, que foi contemplada com a chegada da estrada de ferro em 1907 e até a década de 1950 foi ponta de trilho da mesma) e os portos de embarque para os mercados de consumo, localizados no litoral (Cabedelo-PB e Recife-PE). Dos entrepostos comerciais para as áreas de produção no interior, o transporte do algodão continuou empregando a força de animais e estradas carroçáveis, isto até o advento do transporte rodoviário, a partir da década de 1940. Configurava-se, assim, um tempo lento ditado pelo ritmo do burro, da mula ou do cavalo para o interior e um tempo rápido ditado pela velocidade do trem para o exterior desses espaços derivados. Por outro lado, esses tempos lentos das ações de produção e da circulação no interior dessas regiões do fazer coexistiam e se articulavam com os tempos rápidos da produção têxtil dos espaços do mandar, localizados na Inglaterra.

Nas primeiras décadas do século XX, esposaram o meio produtor de algodão no Agreste e Sertão paraibanos as máquinas de serra e as de cilindros, movidas a vapores gerados pela queima da gasolina e do óleo diesel. Nesse mesmo período, os primeiros artefatos mecânicos movidos à eletricidade, importados da Inglaterra, voltados para o descaroçamento e a extração do óleo do caroço do algodão, que correspondiam aos descaroçadores e moinhos elétricos, começaram a ser utilizados na produção. A colonização do meio produtor de

algodão paraibano por esses artefatos foi possibilitada pela imposição, ao território regional, de sistemas de engenharia correspondentes às usinas elétricas⁴. A partir da década de 1920, presencia-se, no Agreste e Sertão paraibanos, a utilização de prensas hidráulicas para fazer o trabalho de prensagem do algodão. Nessa mesma década, inicia-se a utilização do caminhão e da estrada de rodagem para transportar o algodão das áreas de produção até os pontos de beneficiamento e comercialização. Esses meios de circulação se solidarizaram com a ferrovia e o trem a partir das estações ferroviárias localizadas no Agreste (Campina Grande e Itabaiana, por exemplo). Entretanto, “isto só se concretizou de fato a partir de 1940, quando o transporte rodoviário começa a se tornar hegemônico no tráfego de mercadorias no Brasil” (ARANHA, 1991).

O avanço das forças produtivas no beneficiamento e na distribuição do algodão na Paraíba, notadamente a partir da década de 1930, com o advento das usinas mecanizadas de beneficiamento, coincidiu com a entrada de grandes empresas internacionais no circuito de produção, a exemplo da SANBRA, Anderson Clayton e Machine Cotton. As referidas empresas possuíam grande capacidade de produção em virtude de disporem de objetos técnicos mais performantes, porque eram mais modernos do que os modestos descarçadores existentes anteriormente. Tais condições lhes possibilitaram “açambarcar boa parte da produção algodoeira na região e desenvolver métodos de comercialização e interação com os produtores que provocaram uma seleção de empresas no mercado” (COSTA, 1996, p. 111). Assim, sobrevieram as empresas locais que puderam acompanhar a modernização impostas pelas congêneres estrangeiras, por outro, “extingiram-se os organismos pequenos, as maquinazinhas de 15 serras, locomóveis, vapores de 2,5 cavalos do nosso interessante parque do último quartel do século XIX e do primeiro do século XX” (MARIZ, *apud* COSTA, *op. cit.*, p. 111). Para o referido autor,

A Paraíba tinha, em 1935, mais de 800 descarçadores pequenos. Deu-se com a indústria do algodão o mesmo fenômeno que se produziu com o açúcar. No raio da influência de uma usina de cana, morria o fogo de 50 banguês. A cada chaminé da Anderson Clayton, da SANBRA e de alguns grupos modernos que se aparelharam ao aparecimento destes, paravam 50 vapores em torno (MARIZ *apud* COSTA, *op. cit.*, p. 111).

Essas empresas agiam de forma que só compravam o algodão em caroço. Pagavam um preço bem mais elevado por esse algodão do que o vigente no mercado e financiavam os agricultores em larga escala, comprometendo a produção destes com elas. Após essa fase inicial de favores e benefícios aos agricultores, tais empresas, que comandaram os integrantes da cadeia intermediária de comercialização do algodão no Agreste e Sertão da Paraíba nas décadas de 1930, 1940 e 1950, utilizavam, com a finalidade de aferir seus lucros especulativos, a prática de deprimir o preço pago ao produtor, criando, para isso, estoques especulativos; financiavam a entressafra através da compra antecipada da produção do algodão ao lavrador; mantinham os preços negociados com o produtor independente das variações para cima, mas não independente das variações para baixo; financiavam os insumos e outros bens a preços extorsivos (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 72).

A entrada de grandes investidores nacionais e internacionais logo foi acompanhada pela inserção de representantes do capital financeiro (grandes bancos) na etapa de financiamento da produção. Isto contribuiu para o aprofundamento da subordinação do produtor direto a esses capitais.

Além disso, surgiram as figuras dos ajuntadores, comerciantes locais, açambarcadores

⁴ Segundo Santos e Silveira (2001, p.39), a industrialização balbuciante brasileira levou à construção de uma constelação de usinas elétricas em todas as regiões do país, que passaram de 1.208 em 1930 para 1.883 em 1940.

de feiras ou caminhões (esses a partir da difusão do transporte rodoviário em 1940), compradores das cidades e grandes atravessadores, esses últimos estabelecidos nos centros comerciais de maior convergência do algodão, como Campina Grande-PB, que compravam o algodão em caroço do produtor direto a preços depreciados e o vendia a preços de mercado para as grandes empresas internacionais e nacionais.

As formas de financiamento e comercialização, juntamente com os regimes de morador, parceria e foro, que obrigavam aos produtores diretos de algodão a repassar parte da produção ao dono da terra, expõem o alto grau de exploração a que estavam expostos esses produtores.

As grandes usinas estrangeiras de algodão e as que se formaram e se equiparam no Agreste e no Sertão da Paraíba a partir da atuação delas difundiram uma nova forma de beneficiar o algodão. Além da pluma, que comercializavam tanto para o mercado interno quanto para o externo, passaram a utilizar o caroço na produção do línter, do óleo vegetal doméstico e da torta, comercializando os dois últimos produtos no próprio mercado regional.

A substituição das estruturas anteriores do beneficiamento pelas usinas transferiu, definitivamente, essa atividade do interior das fazendas agrestinas e sertanejas do Estado da Paraíba, portanto, do campo, para as cidades, dessas sub-regiões, ganhando, assim, esta atividade um caráter eminentemente urbano. Foi no bojo dessas mudanças que Campina Grande concentrou o beneficiamento na região Nordeste e no Estado da Paraíba e se afigurou como a segunda praça de comercialização do algodão do mundo nas três primeiras décadas do século XX.

Por outro lado, a concentração e a centralização do beneficiamento e da comercialização do algodão nas grandes usinas “fundiu as figuras do beneficiador e do exportador” (CLEMENTINO, 1986, p. 116), o que fez desaparecer as casas de exportação no Agreste e Sertão da Paraíba.

Com efeito, nas três primeiras décadas do século XX, o Agreste e o Sertão paraibanos se inseriam na “ilha de mecanização incompleta” cotonicultora nordestina (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 31), que compunha o “exército de reservas de lugares” (SANTOS, 1999, p. 198) selecionado ao exercício da produção do algodão para suprir as demandas do mercado mundial, notadamente da indústria inglesa, sempre que ocorria um fato excepcional inviabilizador da produção algodoeira dos Estados Unidos, o seu principal fornecedor. Tal “ilha”, juntamente com as demais (as do café, da cana etc.), marcou a configuração do território nacional antes da sua efetiva integração econômica. Aliás, ao sabor dos impulsos promovidos pelos momentos de elevação da demanda externa, “desde 1750 até 1940, o algodão foi um dos principais produtos nordestinos [e paraibanos] e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços” (ANDRADE, 1986, p. 125). A partir de então, a cotonicultura do Agreste e do Sertão da Paraíba deixa de ter no mercado externo o principal catalisador da sua produção. Portanto, passa a ocupar uma posição marginal nesse mercado (marginalidade espacial). Como alternativa de reprodução, introverte-se para o mercado interno brasileiro e, nele, passa a competir com a produção congênere nacional, especialmente a de São Paulo, onde a lavoura algodoeira conheceu uma grande expansão a partir na década de 1930, como veremos logo em seguida.

3 A marginalização do Agreste e do Sertão paraibanos na divisão territorial nacional da produção de algodão

Como já dito anteriormente, a introversão da produção algodoeira nordestina e, por extensão, da paraibana, para o mercado interno nacional, iniciou-se logo após o fim da Guerra da Secessão nos EUA, quando reapareceu no mercado internacional a produção norte-

americana e se destacaram cada vez mais os algodões egípcio e asiático, que deslocaram a produção brasileira do mercado mundial de consumo dessa fibra.

Guimarães Neto (1989, p. 65) considera que essa estratégia dos produtores nordestinos tornou o algodão o produto da articulação comercial do Nordeste com o Sudeste, onde despontava, já no final do século XIX, uma nascente indústria têxtil ávida por fibras dessa malvácea.

Mesmo nos momentos em que as demandas internacionais possibilitaram o crescimento das exportações do algodão, como durante a Primeira Guerra Mundial e nos primeiros anos de recuperação da economia mundial após a crise econômica de 1929, o mercado interno, em função do crescimento da indústria têxtil nacional promovido pelas dificuldades impostas às importações de têxteis nesses dois períodos, continuou representando o mais importante lugar de realização do algodão nordestino como mercadoria nos mercados de consumo.

Se, por um lado, os primeiros anos de recuperação da economia mundial após a crise do capitalismo em 1929 funcionaram como o último catalisador para a inserção da produção algodoeira do Nordeste no mercado externo, por outro lado, conforme Andrade (1986, p. 123), a praga da lagarta rosada e a expansão dos algodoais paulistas após essa depressão provocaram a sua crise. Segundo Guimarães Neto (op. cit., p. 72-73), tal crise se deu, sobretudo, pela diversificação da estrutura produtiva do Sudeste, notadamente de São Paulo, a partir do declínio das exportações do café, não só na indústria, como também na agricultura, que passou a produzir uma grande variedade de produtos, entre os quais o algodão e a cana-de-açúcar. Nesse período, a produção de algodão no Agreste e no Sertão colocava a Paraíba no posto maior produtor nacional.

Moreira e Santos (1994, p. 143-144), sem desconsiderarem a conjuntura da diversificação produtiva da agricultura de São Paulo após a crise do café em 1929, apontam que os trabalhos de melhoramento genético de sementes de algodoeiros, realizados nos laboratórios do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), criado na década de 1920; o esquema de produção, multiplicação e controle da distribuição de sementes das novas cultivares para os agricultores; as mudanças nas práticas culturais; a emergência do pequeno produtor organizando a produção através do trabalho familiar, capaz de cultivar alguns alqueires, independente do grande fazendeiro, elevado à condição de arrendatário, porém inserido ainda na órbita da pequena produção e, nessa situação, muito mais vulnerável ao progresso técnico, contribuíram para aumentar a produtividade da cotonicultura paulista de 20 a 300% já na década de 1930. Para tais autores, a crise de 1929 abreviou o tempo de adoção da nova tecnologia de sementes geneticamente melhoradas que, sem ela, poderia não ter tido aceitação tão plena entre os produtores. Daí a explicação para o extraordinário salto qualitativo apresentado pelo algodão em São Paulo, na década de 1930, a ponto de desbancar a hegemonia da produção nordestina. Desse modo, “em 1936, o Estado de São Paulo passou a ocupar o primeiro lugar e a Paraíba, o segundo, na produção nacional de algodão. Na década de 1940, a Paraíba perdeu o posto de principal produtora de algodão do Nordeste para o Ceará” (FARIAS e SÁ, 2007, p. 353).

Com efeito, já na década de 1930, prenunciava-se uma precoce tendência de as regiões renovadas pelos aportes da técnica e da ciência se destacaram como as mais aptas à seleção para divisão territorial da produção de algodão no interior da formação socioespacial brasileira.

Por outro lado, no Agreste e no Sertão paraibanos, bem como em todo espaço cotonicultor nordestino, persistiam os efeitos negativos das rugosidades socioespaciais, que contribuíam para a manutenção do atraso da sua cotonicultura em relação à sua congênere paulista. Conforme atestam Moreira e Santos (1994, p. 156-158), nessas regiões, continuou a semeadura de sementes hibridizadas, misturadas na boca das máquinas quando do

beneficiamento do algodão nas usinas (sementes de boca de máquina). Faltava uma estrutura completa para a produção, multiplicação e distribuição de sementes mais produtivas aos agricultores e normas de classificação mais rigorosas, embora, na Paraíba, já na década de 1930, existissem esquemas para a distribuição de sementes melhoradas obtidas em outros Estados e a imposição de normas de classificação dos algodões herbáceo e arbóreo; e persistiam os tratos culturais rotineiros.

Os referidos autores (*idem, ibidem*) apontam um possível efeito das relações sociais de produção pré-capitalistas impedindo a melhoria tecnológica da fibra algodoeira no Nordeste. Nessa região, a exploração do algodão estava entregue aos meeiros que, sujeitos a toda forma de exploração, em especial na ocasião da comercialização, não tinham o menor interesse em produzir um algodão de melhor qualidade, uma vez que isso requeria novos custos, principalmente na colheita. O contrato de parceria estabelecia que metade do que fosse produzido seria apropriado pelo dono da terra, não adiantando para os produtores diretos maiores cuidados com a lavoura. Dessa forma, mesmo com a possibilidade de dispor de novas sementes, os meeiros continuaram preferindo utilizar as tradicionais sementes misturadas na boca de máquina, distribuídas pelas usinas, comprometendo seriamente a qualidade do algodão nordestino.

Por outro lado, para os proprietários das terras, o algodão tinha uma importância secundária em relação à pecuária. Para eles, interessava mais preservar o capital imobilizado nos rebanhos que a melhoria das condições de exploração da cotonicultura. Portanto, qualquer nova tecnologia só seria aceita por eles se, antes, conciliasse os seus interesses no que se refere aos rebanhos de sua propriedade. Isto acabou funcionando como um empecilho para o avanço da base técnica da lavoura algodoeira regional.

Além disso, as usinas nordestinas, ou o capital comercial que elas representavam, não tinham o menor interesse por uma matéria-prima de melhor qualidade, uma vez que a nova condição tecnológica exigida para isso poderia acarretar preços mais elevados para o algodão e, com isso, o sério risco de diminuir as suas elevadas taxas de lucro. Foi por isso que o capital comercial se encarregou de propagar, entre os agricultores, as sementes tradicionais e já misturadas, inviabilizando a melhoria da qualidade do algodão. Também não se pode olvidar que o Estado, apropriado pelos “coronéis do algodão”, não se interessou em promover mudanças tecnológicas e sociais substanciais, porque isso poderia implicar em ameaças à estrutura do poder, baseada no latifúndio, e na conseqüente perda do prestígio político local. Nesse contexto, o capital comercial foi vítima de seus próprios desígnios, pois teve a embargar-lhe os passos não mais que as arcaicas relações de produção que ajudou a recriar na sua luta pela apropriação dos excedentes gerados na exploração algodoeira. Em suma, a combinação de fatores tecnológicos, econômicos, políticos e sociais corroborou para o resultado desprezível das tentativas de melhoria do algodão produzido no Nordeste na década de 1930.

O Estado de São Paulo passou a se destacar não só no tocante à alta produtividade dos seus algodoads, resultante do avanço das suas forças produtivas, mas também no tamanho da área cultivada. Santos e Silveira (2001, p.125-126) destacam que, apesar de um cinturão algodoeiro presente na região Nordeste, alimentando a uma precoce indústria têxtil enraizada na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, cerca de 60% da área cultivada com algodão no Brasil, em 1940, correspondiam ao Estado de São Paulo.

Para aprofundar ainda mais o desvantajoso quadro de competição para a cotonicultura nordestina, nos anos que se seguiram, o Paraná também passou a se destacar na produção brasileira de algodão. Nesse Estado, o sucesso da produção algodoeira se deveu aos trabalhos de melhoramento genético do algodoeiro, realizados pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAP), à organização da estrutura do aumento das sementes geneticamente melhoradas e da distribuição delas para os agricultores, e à classificação rigorosa do algodão. Como em São

Paulo, nesse Estado, “com poucas exceções, o cultivo do algodão era feito em pequenas propriedades, por pequenos e médios produtores, em sistema de trabalho familiar” (ALVES, 2006, p. 22).

Já na década de 1940, só a cotonicultura paulista detinha o poder para colocar a sua produção no mercado externo e, ao mesmo tempo, constituía-se na produção hegemônica no mercado interno, abastecendo a precoce indústria têxtil nele enraizada.

Assim sendo, como justificar a permanência da cotonicultura comercial no Agreste e Sertão paraibanos até a sua falência total na década de 1980? Para Moreira e Santos (1994), isso se deveu a sua associação com a pecuária, que representava a atividade mais importante para o dono da terra. Assim, os restolhos deixados pelo algodão, após as colheitas, alimentavam e mantinham os rebanhos, especialmente nas estações secas. Por isso, era de interesse do fazendeiro manter o cultivo do algodão. Além disso, apesar da depreciação em processos inadequados de beneficiamento realizados no Estado, as fibras do algodão arbóreo plantado no Sertão, especialmente no Seridó, por serem longas e resistentes, eram muito procuradas e aceitas pelas indústrias têxteis.

No pós Segunda Grande Guerra Mundial, sobreveio a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à continuação do estabelecimento das ferrovias e a uma nova industrialização (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 28). Difunde-se, também, a renovação dos velhos, a criação de novos e a integração dos sistemas de engenharia voltados à produção de energia e informação. O sistema federal de ações públicas se responsabilizou pela montagem desses sistemas de movimento necessários à realização dos ciclos da produção, comandados agora pela indústria. Desse modo, borraram-se as ilhas regionais de mecanização incompleta que compunham a estrutura em arquipélago do território brasileiro. A mecanização da produção e o do território se difunde, mesmo que em graus diversos entre as regiões e os lugares. Dessa forma, o espaço brasileiro se afirma e reafirma como meio geográfico técnico (SANTOS, 1998 e 1999), base espacial ideal para a nova divisão territorial do trabalho comandada pela indústria do Sudeste, notadamente de São Paulo.

As montagem, renovação e integração das redes materiais de transportes e de comunicação contribuíram para reforçar a posição secundária da cotonicultura do Agreste e Sertão paraibanos, bem como de todo o nordestino, na conjuntura da produção nacional de algodão. De acordo com Costa (1996, p. 113), a partir dos anos 50, o processo de integração da economia nacional ocorre em alta velocidade. A passagem do transporte ferroviário para o rodoviário pareceu aproximar distâncias e colocou áreas mais produtivas de algodão, antes distantes, próximas de outras, às vezes menos produtivas, levando dificuldades para essas últimas.

Por outro lado, a industrialização, pelo seu caráter altamente concentrador e centralizador de capitais nas grandes empresas e, espacialmente, no Sudeste do país, notadamente no Estado de São Paulo, aprofundou os desníveis regionais do desenvolvimento, expôs o quadro de atraso da economia da região Nordeste, cujas rugosidades socioespaciais, muitas delas herdadas do período colonial, continuavam plenamente em vigor, especialmente nos seus espaços agrários, inclusive no seu espaço cotonicultor. Essas rugosidades socioespaciais impossibilitaram a dinamização das suas forças produtivas, incluindo às vinculadas ao algodão, uma vez que não permitiram a criação de um mercado de consumo interno capaz de atuar como estimulador da economia regional, devido aos seus baixos níveis de renda interna e de capacidade de investimentos econômicos, aos seus desníveis de renda muito mais profundos e ao parque têxtil mais atrasado que o da região Sudeste.

Portanto, a integração aprofundou ainda mais a competição das áreas tradicionais produtoras de algodão do Nordeste (Agreste e Sertão) com as áreas produtoras de São Paulo. Além disso, as oscilações causadas pelas secas prolongadas que assolaram essas regiões, na década de 1950, contribuíram para agravar o quadro de penúria da sua cotonicultura. Essa

vulnerabilidade às secas evidenciava a baixa capitalização dos produtores diretos de algodão, descapitalização que lhes impossibilitava de dispor de recursos tecnológicos para corrigir os efeitos dessas forças naturais.

Nesse contexto, os pequenos produtores de algodão do Nordeste, do Agreste e do Sertão da Paraíba, em particular, não dispunham, em sua maioria, da propriedade da terra, continuavam empregando técnicas e instrumentos arcaicos na produção; estavam expostos a formas de relações de produção de parceria; empobrecidos pelas relações desvantajosas que travavam com o capital mercantil; vulneráveis às ações dos atravessadores; desassistidos pelo sistema de ações públicas de financiamento e da comercialização da sua produção; destituídos de uma estrutura que lhes possibilitasse o acesso a sementes mais produtivas; impedidos de usar os sistemas de engenharia construídos, especialmente no Sertão, para combater as secas (os açudes).

À guisa do apresentado, a integração econômica do território nacional deixava expostas as rugas sociais e técnicas do envelhecido espaço cotonicultor nordestino e, no interior dele, do Agreste e Sertão paraibanos. Tais rugas funcionavam como uma desvantagem competitiva na sua disputa pelo mercado interno com outros espaços cotonicultores que já apresentavam alguns aportes de renovações técnicas, a exemplo do paulista e do paranaense. Assim, a força de inércia socioespacial nordestina funcionava como um empecilho na sua competição com lugares que apresentavam uma “produtividade espacial” renovada, aprofundando a sua posição secundária, sua marginalização espacial, no contexto da produção nacional de algodão.

Valverde (1985), em passagem pela Paraíba, em 1954, constatou que em alguns trechos do Agreste paraibano, mais precisamente no Curimataú, houve um total abandono da cultura do algodão. Nesse mesmo ano, não se encontrava nenhum campo plantado com essa malvacea no Brejo paraibano, porção mais úmida do Agreste, no qual, já nos meados de 1930, o algodão, de rendimentos mais incertos, foi deslocado pela cultura do agave.

Ainda no contexto da integração, a indústria têxtil nordestina, mais atrasada, passou a competir com sua congênere paulista, mais moderna, e entrou em crise. Como efeito, houve a queda da demanda regional por algodão, reforçando a retração da sua produção e do seu plantio no Agreste e Sertão. No bojo desses eventos, essas regiões se transformaram em fornecedoras de mão de obra barata para a indústria do Sudeste e para as áreas de ocupação mais recente, as chamadas frentes pioneiras do Centro-Oeste e da Amazônia (GUIMARÃES NETO, 1989).

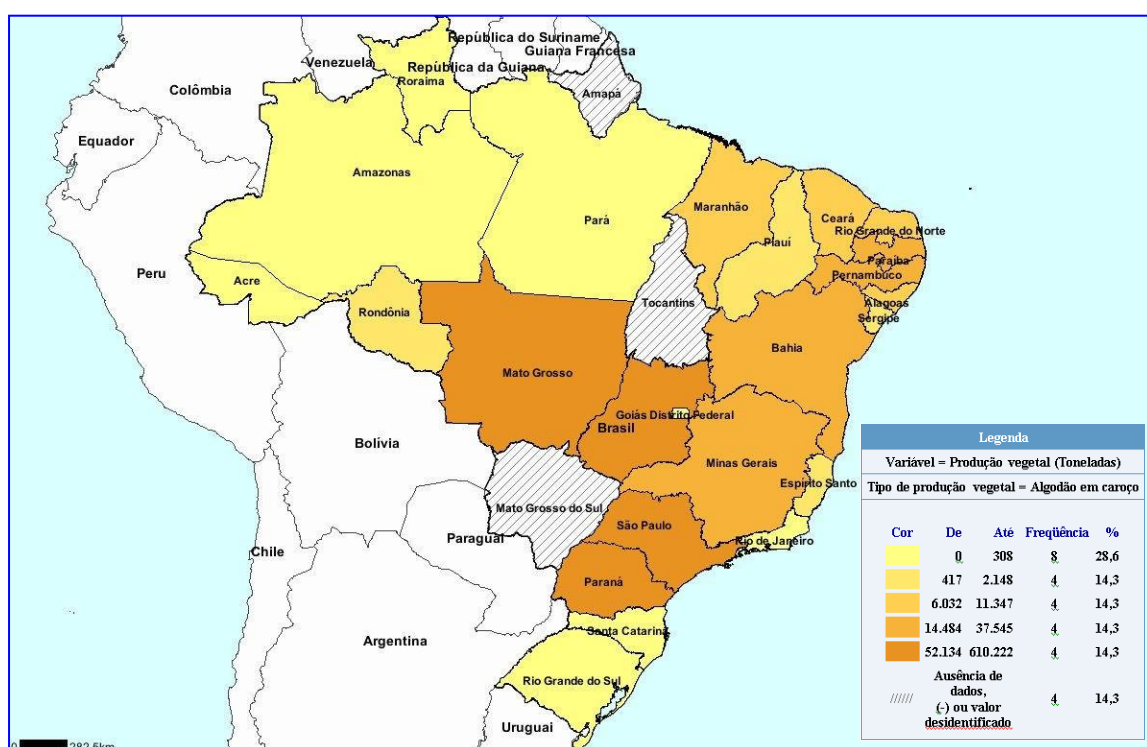
Esse quadro de inércia da economia nordestina motivou, no final dos anos de 1950, a criação Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para planejar e executar a modernização da economia e do território da região. Essa autarquia, pelas vantagens de financiamentos e isenções fiscais que oferecia, acabou transferindo as grandes empresas de capital nacional e internacional do Sudeste, especialmente de São Paulo, para o espaço nordestino. Nessa tessitura, a própria indústria têxtil nordestina, face à atuação das empresas de grande capital nacional e internacional do setor no interior do seu espaço, teve que se modernizar. As firmas do setor que não se modernizaram faliram e desapareceram do mercado. Por outro lado, os financiamentos dessa autarquia e dos bancos estatais para a modernização da pecuária do Agreste e do Sertão nordestinos corroborou para iniciar um processo de pecuarização que refletiu no abandono da cultura algodoeira nas décadas que se seguiram.

Na década de 1960, a indústria têxtil brasileira expandiu o uso da fibra sintética, que acentuou a competição entre as fibras naturais, onde o algodão possui acentuada predominância, e fibras químicas (SANTOS e SANTOS, 1999). Tal evento se constituiu com mais um complicador para a enfraquecida cotonicultura paraibana no cenário produtivo nacional. Nessa década, como evidência da sua posição marginal, a Anderson Clayton se

transferiu do Estado da Paraíba para o de São Paulo.

Refletindo esse quadro esboçado, em 1970, conforme mostra o mapa 02, o Nordeste, exceto o Estado da Bahia, já apresentava uma posição bastante secundária no contexto da produção nacional de algodão; os Estados do Paraná e São Paulo eram os principais produtores brasileiros e a cultura já esboçava a sua marcha em direção ao Centro-Oeste.

Na década de 1970, instala-se sobre o território nacional o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1993; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Nesse meio, a ciência, a tecnologia e a informação estão na base de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais) (SANTOS, 1998, p. 51). Nesse contexto, muitas frações do espaço agrário brasileiro foram tecnicizadas e científicizadas. Como consequência, o país “vivenciou a modernização da agricultura, o desenvolvimento do capitalismo agrário, a expansão das fronteiras agrícolas e a intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes (boias frias)” (SANTOS e SILVEIRA, op.cit., p. 49).



Mapa 02: Produção de Algodão em Carozo por Unidade da Federação – 1970

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1970. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br Acesso em: 07/07/2010

Para impor a modernização à agricultura, em 1972, o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em 1975 criou o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPQ), para impor a racionalidade científica à cotonicultura nacional (centralizar as pesquisas e organizar o seu desenvolvimento) (CORRÊA e COUTO, 2001). Contudo,

Dentre as vicissitudes históricas das relações entre o Estado e o mercado, na “invenção” de sementes destaca-se, em certos casos, uma separação territorial entre a pesquisa científica de origem pública e a produção das empresas. Enquanto as maiores produções de sementes melhoradas de algodão desenvolviam-se em São Paulo, Paraná e Goiás, é em Campina Grande (PB) que a Embrapa localiza o seu centro especializado (...) (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 90).

Essa separação territorial entre a pesquisa e a produção de sementes melhoradas de algodão refletia o próprio aprofundamento da crise da cotonicultura paraibana no período em

apreço. Contraditoriamente, embora desenvolvesse pesquisas e melhoramentos de sementes do algodão no CNPA da EMBRAPA, localizado em Campina Grande, a Paraíba, entre 1970 e 1980, apresentou safras oscilantes, provocadas por fatores climáticos relacionados às estiagens prolongadas, pelo atrasado processo organizacional e tecnológico da produção e pela instabilidade de preço no mercado. Nesse contexto, viu se estender os cultivos do algodão herbáceo e a redução da variedade arbórea (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 156). A expansão da variedade herbácea refletia a paulatina perda de mercado da variedade arbórea (de fibras longas), mais adaptada às condições edafoclimáticas do Sertão semiárido do Estado, porém, de baixa produtividade.

A vulnerabilidade às estiagens prolongadas e o atraso organizacional e tecnológico da produção, que causavam as oscilações das safras na década supracitada, refletiam a persistência, no espaço cotonicultor paraibano, das forças negativas de inércia das rugosidades sociais e técnicas herdadas do passado. Por outro lado, conforme Santos (1995), a adoção das técnicas e pesquisas produzidas no CNPA, por esse espaço, era impraticável, uma vez que elas se restringiam ao algodão e não levavam em consideração toda a complexidade desse sistema produtivo, que consorciava essa cultura com a pecuária e com as culturas de subsistência. Desse modo, o Agreste e o Sertão paraibanos não dispunham das condições para reverter os efeitos das secas prolongadas e a fragilidade para enfrentar as oscilações dos preços no mercado. A maior expressão da continuidade da crise do algodão na Paraíba, na década de 1970, foi a saída da SANBRA do seu território.

Mesmo ocupando uma posição secundária (marginal) na divisão territorial da produção nacional, a cotonicultura se constituiu como uma das principais atividades agrícolas da Paraíba até o começo da década de 1980. Contudo, para muitos autores, nesta década, os efeitos da prolongada seca de 1979-1983 e a praga do bicudo decretaram a sua falência e, conseqüentemente, a sua marginalização nessa divisão.

A persistência do baixo avanço das forças produtivas e das relações sociais de produção pré-capitalistas - as letargias técnicas e sociais, que sempre inibiram às correções dos efeitos das secas, também não permitiram que os produtores diretos paraibanos, na condição de descapitalizados, desassistidos pelo Estado, destituídos dos resultados das pesquisas públicas de melhoramento de sementes, entre outros fatores, dispuseram de tecnologias para minorar os efeitos da ação da praga do bicudo. Seguindo esse raciocínio, Lemos (1986) afirma que as técnicas conhecidas e utilizadas pelos pequenos produtores de algodão na Paraíba não lhes serviam para combater, com sucesso, a ação devastadora dessa praga.

Entretanto, o CNPA desenvolveu pesquisas e conseguiu criar espécies de algodoeiros mais resistentes à praga do bicudo, porém, as regiões cotonicultoras mais capitalizadas do Centro-Sul, puderam delas se servir e tiveram mais sucesso no combate e na convivência com essa praga que o Sertão e o Agreste paraibanos, uma vez que

O Centro-Sul utiliza técnicas modernas de produção, obtendo altas taxas de produtividade, em explorações capitalizadas, com sistema de comercialização organizado e com acesso ao crédito agrícola. Em resumo, possui uma estrutura capaz de conviver com o bicudo, já que obtém retorno econômico satisfatório. No Nordeste, as condições são totalmente diferentes; os níveis de capitalização e de produtividade tornam muito difícil ou mesmo impossível se produzir algodão, economicamente, em presença da praga do bicudo (LEMOS, 1986, p.13).

Além das regiões mais capitalizadas do Centro-Sul, em alguns Estados da própria região Nordeste, a exemplo da Bahia, onde houve maior determinação do poder público na tomada de decisões mais imediatas de apoio à pesquisa e ao uso de recursos técnicos defensivos no comportamento da cultura, também se conseguiu melhores desempenhos no

combate ou na convivência com o bicudo do que a Paraíba (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 158).

Nesse Estado, não houve deliberação das políticas públicas no sentido de fornecer ao cotonicultor paraibano o acesso às práticas e técnicas de cultivo mais aprimoradas, a exemplo da utilização de sementes melhoradas, inseticidas em dosagem correta, práticas de cultivos mais modernas etc. (MOREIRA e TARGINO, op. cit., p. 158). Tudo isso não deixa de ser paradoxal, pois,

Na Paraíba, o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, localizado em Campina Grande, vem desenvolvendo pesquisas, de resultados já comprovados, com variedades precoces do algodão herbáceo e do arbóreo, que permite a retomada da produção e sua convivência com a praga (...). (MOREIRA e TARGINO, op. cit., p. 158).

Nesse cadinho de eventos, ocorreu a queda drástica na produção do algodão herbáceo e do arbóreo na Paraíba. Em 1985, sua produção se apresentava bastante reduzida. Na década seguinte, a produção praticamente desapareceu. Em 2006, o Estado já não aparecia nos dados quantitativos da produção nacional (gráfico 01).

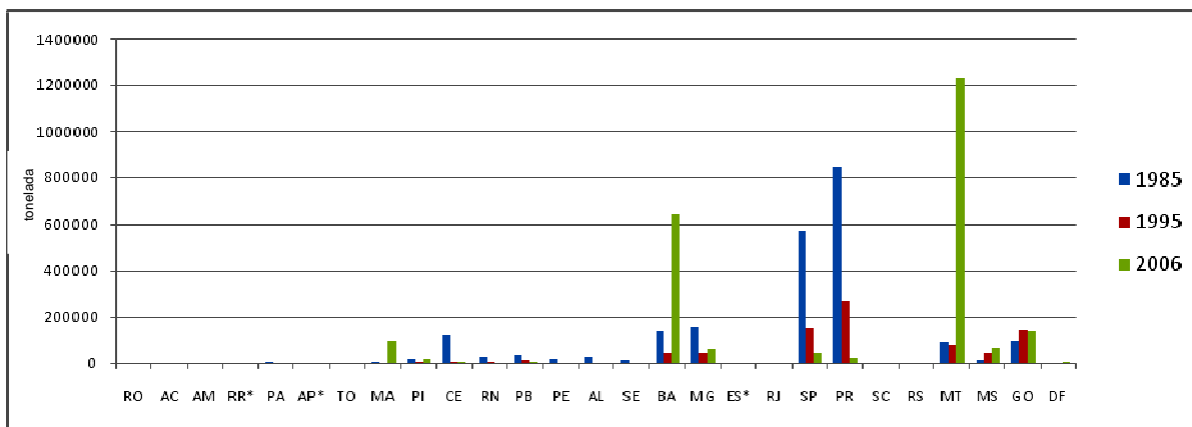


Gráfico 01: Brasil - Produção de Algodão em Caroço (t) por Unidades da Federação – 1985, 1995 e 2006

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1985, 1996 e 2006. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br

Acesso em 04/04/2010

Nota: * Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado

O aniquilamento do algodão arbóreo no Sertão paraibano merece atenção à parte. Outrora, suas fibras longas, muito apreciadas pela indústria têxtil, representou o diferencial competitivo que possibilitou, por um médio tempo, a permanência da Paraíba, mesmo em posição marginal, na divisão territorial da produção algodoeira brasileira. Entretanto, o avanço tecnológico na indústria têxtil permitiu o uso mais produtivo das fibras médias e curtas do algodão herbáceo. Nesse contexto, o arbóreo perdeu mercado. Por outro lado, as técnicas empregadas para o combate ao bicudo, difundidas pelo CNPA, que consistiam em derrubar e queimar os algodoads após as colheitas, pelas características perenes do algodão arbóreo, também contribuíram para erradicá-lo como cultivo comercial no espaço sertanejo paraibano. Chegou-se a proibir o seu plantio e a estimular a sua substituição pelo algodão herbáceo de ciclo curto. Assim, segundo Rolim (1997, p. 9), a produção de algodão que ainda existe na região é da variedade herbácea, cuja cultura exige um grau de tecnologia e capitalização maior e, além disso, é plantada em outras sub-regiões do Nordeste, particularmente no Oeste da Bahia.

O aniquilamento da produção de algodão promoveu o aprofundamento do processo de pecuarização no Agreste e Sertão da Paraíba. Amplamente amparada por créditos subsidiados, com juros baixos e um longo prazo de carência (três anos), oriundos do BIRD, BID, FINOR,

PROTERRA, POLONORDESTE e Projeto Nordeste, a pecuária se expandiu, reforçando um processo que vinha ocorrendo nas duas regiões desde a década de 1970. De acordo com Barbosa (1998), “no Agreste, a pecuarização impôs a substituição da agricultura policultora pelas pastagens artificiais e, conseqüentemente, desarticulou a pequena produção, consolidando a latifundização”. Em algumas frações do Sertão do Estado, o avanço da pecuária também promoveu a substituição dos cultivos comercial do algodão e de subsistência pelas pastagens artificiais, reafirmando o latifúndio. O estímulo financeiro dado à pecuária no Agreste e Sertão paraibanos objetivava satisfazer às demandas de consumo, principalmente de carne, dos principais centros urbanos do Estado (João Pessoa e Campina Grande) ou do Nordeste (Recife). Para Moreira e Targino (1997, p. 158-159), o avanço da pecuária nas duas regiões também contribuiu para desarticular as relações de trabalho do tipo parceria, que se alicerçaram, historicamente, na combinação gado-algodão-policultura alimentar, além da deterioração das condições de vida do pequeno produtor e da sua expulsão, pelo agravamento da situação migratória, para outros lugares do Brasil.

A falência da cotonicultura paraibana aniquilou completamente a indústria de beneficiamento do algodão em importantes cidades da Paraíba, como Campina Grande (no Agreste), Patos, Sousa e Cajazeiras (no Sertão). Enfim, transformou o Estado de exportador em importador de algodão de outras regiões (Oeste da Bahia, por exemplo), para o consumo de algumas indústrias têxteis que se instalaram, atraídas por incentivos fiscais, em seu território, a exemplo da EMBRATEX.

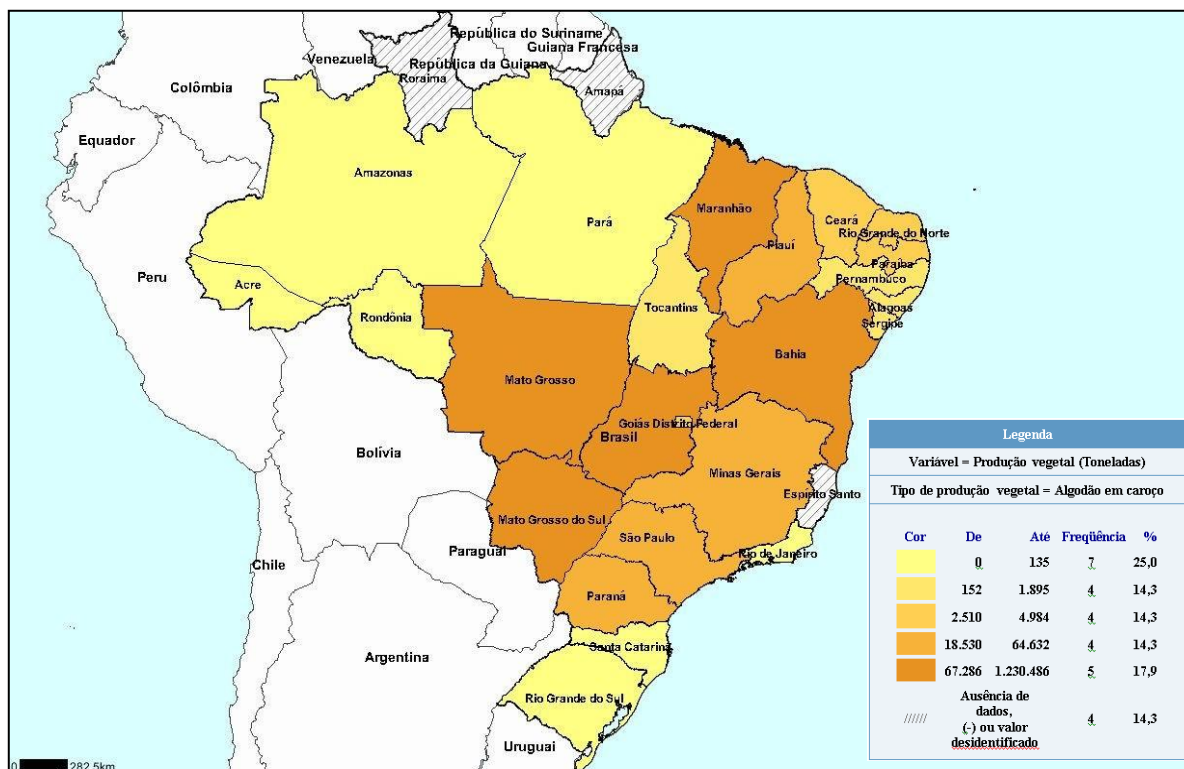
A partir da década de 1990, com a emergência do modelo neoliberal de Estado, sobreveio a abertura comercial da economia brasileira. Neste período, como condição para a inserção do país na globalização, renovou-se a materialidade do seu meio técnico-científico-informacional, com a difusão das tecnologias da informação. A abertura comercial do Brasil reduziu e depois retirou as barreiras tarifárias à importação de algodão que, combinada com “as facilidades de financiamento externo da fibra importada, a valorização cambial do real, as altas taxas de juros no mercado interno e os subsídios concedidos na origem aos agricultores, sobretudo nos países desenvolvidos, a exemplo dos EUA” (ALVES, 2006), possibilitaram a entrada de grandes quantidades do algodão estrangeiro no mercado interno brasileiro, transformando o Brasil de exportador em importador dessa fibra. Nessa conjuntura, a cotonicultura brasileira foi obrigada a se reestruturar para enfrentar a competitividade dos mercados em uma economia profundamente globalizada.

A reestruturação produtiva da cultura algodoeira no Brasil acelerou o deslocamento da produção do algodão do Sudeste (São Paulo) e do Sul (Paraná), que determinavam a dinâmica da produção nacional até a safra 1996/1997, para os cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste (a marcha para Oeste do algodão, já esboçada na década de 1970), redesenhando o mapa da distribuição da produção algodoeira no território brasileiro (mapa 03); transformou a estrutura organizacional, com o desenvolvimento da cotonicultura empresarial e o enfraquecimento da cotonicultura tradicional; e aprofundou a modernização da produção no setor (ALVES, op. cit., p. 26).

Nas novas regiões cotonicultoras brasileiras do Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), forjadas pela reestruturação produtiva, a produção se processa em grandes plantações, com áreas que se estendem de 100 a 3000 hectares; com alta mecanização; com adubação pesada, uso de herbicidas, fungicidas, inseticidas e reguladores do crescimento; e o descaroçamento é feito na própria propriedade, permitindo ao produtor a venda direta às indústrias têxteis (CORREIA e COUTO, 2001, p. 13). Assim reconfigurada, a cotonicultura nacional retomou a competitividade e voltou a exportar algodão em escala significativa a partir de 2001.

Nos cerrados do Oeste da Bahia, que representam a mais importante região algodoeira moderna do Nordeste, conforme afirma Rolim (1997, p. 10), a produção se dá de maneira

semelhante à do Centro-Oeste, ou seja, em um sistema empresarial e altamente tecnificado, portanto, diferente do complexo gado-algodão das velhas regiões da sua porção oriental.



Mapa 03: Produção de Algodão em Caroto (t) por Unidade da Federação - 2006
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br Acesso em: 07/07/2010.

Nesse contexto, a reestruturação produtiva da cotonicultura brasileira, ao tornar impossível a retomada da produção comercial de algodão, em grandes quantidades, nos moldes tradicionais, representou apenas o epílogo na saga da falida cotonicultura do Agreste e do Sertão da Paraíba, como de todo o Nordeste Oriental. Assim sendo,

A liberalização comercial dos anos noventa jogou apenas uma pá de cal em uma cultura anacrônica. A rigor a sua contribuição para o fim da cultura é quase que absolutamente marginal. O mocó [algodão arbóreo de ciclo vegetativo longo] está acabado, embora não se possa afirmar que o sistema de produção que o mantinha esteja (ROLIM, op. cit., p.10).

Nesse processo, reafirmou-se o avanço da pecuária no Agreste e no Sertão da Paraíba. Na segunda região se intensificou a substituição do algodão arbóreo pelo herbáceo nos pequenos trechos onde a cotonicultura sobreviveu. Ainda nesse espaço, os pequenos produtores se voltaram para a agricultura de subsistência (milho e feijão). Em ambas as regiões, no começo do século XXI, iniciou-se o cultivo de pequenas áreas com algodoeiros orgânico e naturalmente colorido, em sistemas irrigado e de sequeiro, para abastecer pequenas e médias indústrias de têxteis e confecções ou cooperativas por elas formadas do Estado, que exploram nichos nacionais e internacionais de mercado dos setores de cama, mesa, banho e roupas (FARIAS, 2010).

4 Considerações finais

Procurou-se demonstrar ao longo dessa análise que, como regiões do fazer, o Agreste

e o Sertão da Paraíba vivenciaram etapas de seleção e marginalização na divisão territorial da produção de algodão mundial e brasileira. Entre 1750 e 1940, as práticas espaciais de seletividade e de marginalidade dessas regiões para o exercício da função de produtoras de algodão foram comandadas pela indústria têxtil internacional, especialmente a inglesa, sempre que seu principal fornecedor (EUA) apresentava problemas políticos internos que lhe impossibilitavam de atender aos reclamos de consumo dessa indústria. A retomada da produção algodoeira estadunidense, tecnicamente melhor equipada, bem como a entrada de novos concorrentes internacionais, como ocorreu depois da Guerra da Secessão, relegou a produção de algodão paraibana, tecnicamente inferior, a um plano marginal no mercado externo.

Após a Guerra da Secessão, a cotonicultura paraibana se voltou para o mercado interno, constituído pela nascente indústria têxtil nacional. Nesse mercado, a partir da década de 1930, suas regiões Agreste e o Sertão, bem como de todo o Nordeste Oriental, dado o baixo nível das forças produtivas e relações sociais de produção da cultura algodoeira, foram paulatinamente superados por espaços produtores com avantajados conteúdos técnico e social. Pelos mesmos motivos, estiveram sempre vulneráveis aos ciclos de secas, que inibiam a produção e reduziam a capacidade de inserção do algodão nos mercados. A superação dessas regiões se aprofundou com a integração da economia e do território nacional. Na década de 1970, o algodão produzido no Agreste e Sertão da Paraíba, apesar de ocupar uma posição marginal no contexto da produção nacional, constituía-se, ainda, em um dos principais produtos da agricultura comercial estadual. A força de sua permanência de deveu ao uso dos restolhos das safras para alimentar o gado dos donos da terra e a boa aceitação das fibras longas do algodão arbóreo pela indústria têxtil nacional. No início década de 1980, em função da persistência das rugosidades sociotécnicas, os efeitos da seca e da praga do bicudo, bem como a perda de mercado do algodão de fibra longa, aniquilaram os espaços cotonicultores da Paraíba. Assim, encerrava-se a sua saga de seleção e marginalização espaciais na divisão territorial da produção algodoeira brasileira. Com a globalização neoliberal, a abertura comercial forçou a reestruturação produtiva da cotonicultura nacional que redesenhou seu o mapa e transformou a sua estrutura técnica e organizacional. Nesse processo, os novos espaços que foram selecionados para exercer a produção de algodão foram os preenchidos com esses novos conteúdos, que se localizam no Centro-Oeste, Oeste da Bahia, Sul do Piauí e Sudeste do Maranhão. Por outro lado, esse evento fechou todas as possibilidades de retomada da produção de algodão em grandes quantidades nos moldes tradicionais no Agreste e no Sertão da Paraíba, que, assim, viram se aprofundar o processo de pecuarização e latifundização, a substituição do algodão arbóreo pelo herbáceo nos pequenos trechos onde a cotonicultura sobreviveu, a volta de pequenos produtores para a agricultura de subsistência (milho e feijão), a instalação do cultivo do algodão orgânico e colorido em áreas dispersas, para abastecer pequenas e médias indústrias de têxteis e confecções ou cooperativas por elas formadas do Estado, que exploram nichos nacionais e internacionais de mercado do setor de confecções.

5 Referências

ALVES, L. R. A. A reestruturação da cotonicultura no Brasil: fatores econômicos, institucionais e tecnológicos. 120 f. Tese. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2006.

ANDRADE, M. C. de.. A terra e o homem no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. A terra e o homem no Nordeste. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ARANHA, G. B.. Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957). Dissertação. Departamento de Antropologia e Sociologia. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1991.

BARBOSA, A. D.. A pecuarização no Agreste da Paraíba. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1998. (Estudos e pesquisas; n. 92).

CANO, W.. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

CLEMENTINO, M. do L. O maquinista de algodão e o capital comercial. Natal: Editora da UFRN, 1986.

CORRÊA, R. L.. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de. *et al.* Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, S. T.; COUTO, E. P.. A história do algodão no Brasil e seu desenvolvimento no Estado do Mato Grosso, o atual maior produtor do país. Uberlândia: IE/UFU, 2001. (digitalizado).

COSTA, A. A. da.. Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. 230 f. Dissertação. Departamento de Ciências Geográficas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

COSTA, J. J. D. da. A crise do sistema algodoeiro paraibano: uma análise das suas causas. 135 f. Dissertação. Departamento de Economia e Finanças. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1996.

FARIAS, P. S. C.; SÁ, A. J. de. O trabalho de encarcerados no circuito espacial cotonícola/têxtil do algodão colorido da Paraíba: reinserção socioespacial ou exploração de mão-de-obra flexível? In: SÁ, A. J. de (org.). Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados. Recife: Editora da UFPE, 2007.

_____. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba (2000-2008): uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, da produção e do consumo de fibras, têxteis e confecções. 309 f. Tese. Departamento de Ciências Geográficas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

GUIMARÃES NETO, L. Introdução à formação econômica do Nordeste. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

LEMONS, M. A. Efeitos sócio-econômicos da crise da cotonicultura com a praga do "bicudo". Estudo de caso: município do Ingá-PB. 95 f. Dissertação. Departamento de Economia e Finanças. Centro de Humanidades. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1986.

MOREIRA, J. de A. N.; SANTOS, R. F. dos. Origens, crescimento e progressos na cotonicultura do Brasil. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA; Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.

MOREIRA, E. de R. F. ; TARGINO, I. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil. 35. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ROLIM, C. F. C. Efeitos regionais da abertura comercial sobre a cadeia produtiva do algodão, têxtil, vestuário. Curitiba: CMDE/UFPR, 1997 (Texto para discussão; n. 19).

Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/departamento/docente/cassio.htm#publicacoes>. Acesso em 22/11/2008.

SANTOS, C. L. dos. Por que o laboratório está distante da porteira? Uma análise crítica das relações entre a EMBRAPA/CNPA e a pequena produção familiar de algodão do Seridó paraibano. 257 f. Dissertação. Departamento de Sociologia e Antropologia. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1995.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. Tradução de Sandra Lencioni. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da USP, 2002. (Coleção Milton Santos; 2).

_____; SILVEIRA, M. L.. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record. 2001.

SANTOS, R. F. dos; SANTOS, J. W. dos. Agronegócio do algodão: crise no mercado brasileiro da matéria-prima agrícola. In: BELTRÃO, N. E. de M. (org.). O agronegócio do algodão no Brasil. Brasília: EMBRAPA Comunicação para a Transferência de Tecnologia. 1999.

VALVERDE, O.. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes. 1985.